

# PROGRAMA DE ENSINO

## DAS CADEIRAS DO

### 4. ANO

- 1.<sup>a</sup>. Cadeira — DIREITO DAS COUSAS.....3  
*Prof. Gondim Neto*
- 2.<sup>a</sup>. Cadeira — DIREITO COMERCIAL.....11  
*Prof. Abgar Soriano*
- 3.<sup>a</sup>. Cadeira — DIREITO JUDICIÁRIO  
CIVIL.....37  
*prof. Mario de Souza*
- 4.<sup>a</sup>. Cadeira — MEDICINA LEGAL.. .....49  
*prof. Edgar Altino*



1944



Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

4. ANO

- 1ª. Cadeira — DIREITO DAS COUSAS.....3  
*Prof. Gondim Neto*
- 2ª. Cadeira — DIREITO COMERCIAL.....11  
*Prof. Abgar Soriano*
- 3ª. Cadeira — DIREITO JUDICIÁRIO  
CIVIL.....37  
*prof. Mario de Souza*
- 4ª. Cadeira — MEDICINA LEGAL... ..49  
*prof. Edgar Altino*



1944



DIREITO DAS COUSAS  
PROGRAMA DE DIREITO CIVIL DO 4.º ANO  
1.ª CADEIRA

DR. GONDIM NETO  
Professor catedrático

*Do direito das cousas :*

1 — Caracteres dos direitos reais; sua distinção dos demais direitos patrimoniais.

2 — Direitos reais na coisa alheia.

*Das diferentes classes de bens :*

3 — Dos bens considerados em si mesmos.

4 — Dos bens reciprocamente considerados.

5 — Dos bens públicos e particulares. Das cousas fora do comércio.

- 6 — Das cousas singulares e coletivas.
- 7 — O patrimônio em seus diferentes sentidos. Crítica da doutrina francesa do patrimônio.

*Da posse :*

- 8 — A posse no direito romano, medievall e moderno, sua natureza jurídica e requisitos.
- 9 — O *animus possidendi* : teorias.
- 10 — O *corpus possessionis* : teorias.
- 11 — Classificação da posse.
- 12 — As posses direta e indireta dos Códigos Civis brasileiro e alemão. Com posse.
- 13 — Da posse de direitos e de estado.
- 14 — Aquisição e perda da posse.
- 15 — Dos efeitos da posse. Direitos e deveres dos possuidores de boa e de má fé.
- 16 — Fundamento da proteção possessória e origem dos interdictos.
- 17 — Dos interdictos romanos, especialmente os possessórios.

- 18 — Das ações possessórias em direito brasileiro; sua duplicidade. Do chamado efeito recuperatório da *interdictum retinendae*. Da exceção de domínio. Os possuidores direto e indireto no processo.

### *Do domínio*

- 19 — Noção da propriedade romana e moderna.
- 20 — Caracteres, objeto, conteúdo e espécies.
- 21 — Limitações ao direito de propriedade.
- 22 — Dos direitos de vizinhança.
- 23 — Do condomínio.
- 24 — Direitos e deveres dos condôminos.
- 25 — Administração e divisão da coisa comum.
- 26 — Condomínio de paredes, muros, cercas e valas. Do compáscuo.

### *Da aquisição e perda do domínio:*

- 27 — Aquisição originária e derivada. *Modus e titulus adquirendi*.
- 28 — Da tradição.

- 29 — Da transcrição, sua compreensão e seus efeitos.
- 30 — História, espécies e requisitos do usocapião.
- 31 — Da ocupação e da especificação.
- 32 — Da accessão, do tesouro, da invenção e da confusão.
- 33 — Perda da propriedade imóvel. Da desapropriação. Do domínio resolúvel.

*Dos direitos de autor :*

- 34 — Propriedade literária, científica e artística : história e teorias.
- 35 — Direitos do autor e do editor.
- 36 — Colaboração e cessão de direitos autorais.
- 37 — Garantias do direito autoral.

*Da Enfiteuse :*

- 38 — Noção do direito de enfiteuse.
- 39 — Objeto e duração da enfiteuse. Sub-enfiteuse.
- 40 — Direitos e deveres do enfiteuta e do proprietário.

- 41 — Modos de constituição e extinção da enfiteuse.

*Das servidões prediais :*

- 42 — Noção e requisitos das servidões prediais.
- 43 — As várias espécies de servidões. Crítica da divisão das servidões em reais e pessoais. Servidões irregulares ?
- 44 — Direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente.
- 45 — Da indivisibilidade das servidões.
- 46 — Modos de constituição e extinção das servidões prediais.
- 47 — Tutelas do direito de servidão.

*Do Usufruto :*

- 48 — Noção e espécies de usufruto.
- 49 — Do objeto do usufruto. Quasi-usufruto.
- 50 — Direitos e deveres do usufrutuário.
- 51 — Modos de constituição e extinção do direito de usufruto.

*Uso, Habilitação e Rendas sôbre imóveis*

- 52 — Noção do direito de uso no direito romano e brasileiro. Da habitação.

53 — Das rendas constituídas sôbre imóveis.

*Dos direitos reais de garantia :*

54 — Do penhor; penhor comercial e legal.

55 — Direitos e deveres do credor e do devedor pignoratícios.

56 — Do penhor agrícola, pecuário e de títulos.

57 — Modos de constituição e extinção do direito de penhor.

*Da Anticrese :*

58 — Noção do direito de anticrese.

59 — Direitos e deveres do credor e do devedor anticréticos.

60 — Da constituição e da extinção da anticrese.

*Da Hipoteca :*

61 — Noção do direito de hipoteca.

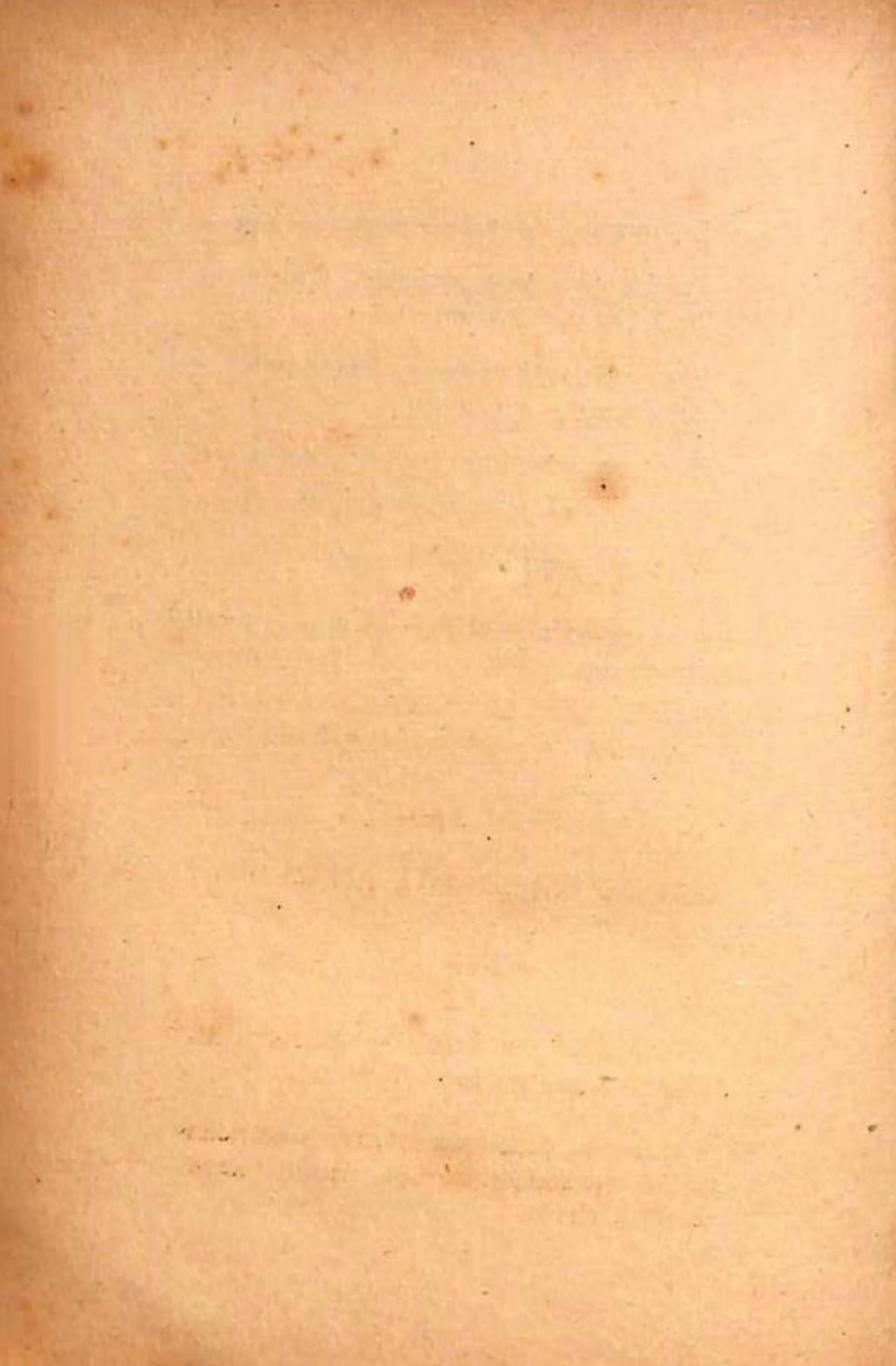
62 — Objeto e espécies de hipoteca.

63 — Indivisibilidade hipotecária.

- 64 — Da remissão e da execução da hipoteca.
- 65 — Da hipoteca convencional. Constituição, inscrição e cancelamento.
- 66 — Hipoteca legal: pessoas beneficiadas, especialização e inscrição.
- 67 — Hipoteca judiciária. Hipoteca de vias férreas, de navios e de aeronaves.

*Do registro de imóveis*

- 68 — Do registro de imóveis no Brasil. Direito comparado.



**2.ª CADEIRA**

**DIREITO COMERCIAL**

**DR. ABGAR SORIANO**  
Professor Catedrático Interino

**PRIMEIRA PARTE**

**DIREITO MARÍTIMO E AÉREO**

— I —

- 1 — O comércio marítimo: — conceito, história e importância.
- 2 — Divisão do comércio marítimo, consoante as circunstâncias de lugar, tempo, modo e objeto.

- 3 — O comércio aéreo: — conceito, história e importância.

— II —

- 4 — Liberdade dos mares. Águas territoriais: — doutrinas que procuram determinar a linha divisória.
- 5 — O espaço aéreo. Doutrinas sobre o assunto. Áreas territoriais.
- 6 — Restrições ao comércio marítimo e ao aéreo em tempo de paz: — polícia de segurança, polícia sanitária e polícia aduaneira.
- 7 — A navegação mercante brasileira e sua divisão: — de longo curso, de grande cabotagem, de pequena cabotagem, interior, exterior e fluvial-exterior.
- 8 — Navegação de cabotagem: — conceito, objetivo e requisitos.

— III —

- 9 — Direito marítimo: — conceito e classificação.
- 10 — Direito comercial marítimo: — objeto.

- 11 — Caractéres do direito marítimo : — estabilidade, uniformidade e simplicidade. O problema da unificação.
- 12 — Fontes do direito marítimo : — classificação.
- 13 — Direito aéreo : — princípios dominantes. O código brasileiro do ar (Decreto-Lei n. 483, de 8 de junho de 1938).

— IV —

- 14 — Embarcação e navio : — conceito e divisão.
- 15 — Estrutura física do navio : — o casco e os acessórios. Indivisibilidade do navio.
- 16 — Natureza jurídica do navio e da aeronave. Individualidade e nacionalidade. Condições de nacionalização : — prerrogativas.
- 17 — Registro do navio e sua necessidade. Formalidades.
- 18 — Da matrícula ou rol de equipagem : — conteúdo. Renovação e lugar da matrícula.
- 19 — Classificação dos navios e sua inscrição no Registro Marítimo. Sociedades de

classificação: — Lloyd's Register, Bureau Veritas, etc.

- 20 — Propriedade do navio e da aeronave: — modos e títulos de aquisição. Modos especiais de direito público, de direito marítimo e de direito privado.
- 21 — Da construção: — autorização e vistoria. Modalidades do contrato: — a jornal, administração ou conta própria, e por empreitada. As duas formas de empreitada: — consequências legais e natureza do contrato.
- 22 — Do abandono liberatório: — conceito. Quem pode fazer o abandono liberatório: — distinções. Objeto do abandono liberatório e o que dêle se exclue. Forma do abandono liberatório. Consequências jurídicas. Distinção entre abandono liberatório e sub-rogatório.
- 23 — Formas de propriedade. Requisitos e exclusões. Propriedade singular e coletiva. Sistemas de divisão. Formas de propriedade coletiva.
- 24 — Da parceria marítima: — conceito e mo-

dalidades. Administração. Funções e prerrogativas do caixa. Relações entre este e os parceiros. Relações dos parceiros entre si. Responsabilidade dos compartes entre si e em face a terceiros. Dissolução da parceria.

- 25 — Responsabilidade direta e responsabilidade reflexa do proprietário: — sistemas de limitação.

— VI —

- 26 — Da armação: — conceito. Em que se distingue da propriedade. Duplo sentido da expressão. Exigência legal.
- 27 — Fórmulas ou espécies de armação.
- 28 — Do armador-proprietário e extensão da responsabilidade.
- 29 — Do armador-gerente: — natureza jurídica. Poderes. Restrição no tocante à alienação e ao abandono. Responsabilidade do proprietário.
- 30 — Do armador-afretador: — natureza jurídica. Distinção de responsabilidades.
- 31 — Agentes da armação: — conceito e divisão.

- 32 — Dos agentes terrestres ou consignatários:  
— natureza jurídica e funções.

— VII —

- 33 — Do pessoal marítimo: — tripulação ou equipagem. Discriminação. Número da equipagem e sua determinação. Matrícula do pessoal e por quem é êste contratado.
- 34 — O termo de ajuste e o rol da equipagem. Modalidades do ajuste. Natureza jurídica do contrato de engajamento.
- 35 — Direitos e deveres da tripulação.
- 36 — Terminação do contrato. Rutura dêste: — distrato e rescisão. Rescisão por fatos imputáveis ao armador, capitão, ou proprietário, por fatos imputáveis ao tripulante e por casos de força maior.

— VIII —

- 37 — Do capitão ou comandante: — classificação e requisitos.
- 38 — Duplicidade de carácter da atuação do comandante: — funções públicas e privadas.

- 39 — Atribuições de carácter público: — poderes de autoridade policial, de official do registro civil, de notário e de juiz.
- 40 — Atribuições de carácter privado: — como proprietário, comparte ou membro de uma sociedade; como locador de serviços; como mandatário e como depositário.
- 41 — Natureza jurídica das respectivas funções: — comerciante ou simples auxiliar de comércio?
- 42 — Direitos e deveres do capitão, antes, durante e depois da viagem.
- 43 — Da barataria ou ribaldia: — noção.
- 44 — Da cessação das funções do capitão: — casos.

- 45 — Da viagem: — conceito e espécies.
- 46 — Dos accidentes da navegação: — discriminação.
- 47 — Da arribada forçada: — conceito e casos em que se justifica. Formalidades

processuais: — protesto e justificação.  
Consequências jurídicas da arribada.

- 48 — Da abalroação: — conceito e caracteres. Espécies. Regras peculiares a cada espécie.
- 49 — Da variação e do encalhe: — Conceito e distinção.
- 50 — Do naufrágio: — espécies e conceito. Dos salvados.
- 51 — Da assistência e do salvamento: — diferenciação e natureza jurídica. Obrigatoriedade da assistência. Remuneração: — casos em que cabe e como se regula.

— X —

- 52 — Das avarias: — conceito e classificação.
- 53 — Das avarias particulares: — conceito. Fatos que as podem determinar. Consequências jurídicas.
- 54 — Das avarias comuns: — conceito e requisitos. Fundamento jurídico e feição convencional. Classificação e casos.
- 55 — Da contribuição: — conceito e fundamento jurídico. Regime de contribuição.

- 56 — Da liquidação : — conceito e operações. A massa ativa e a massa passiva. Cálculo de contribuição.
- 57 — Da ação de avarias : — processo e prescrição.

— X I —

- 58 — Do contrato de transporte : noção geral.
- 59 — Do transporte de coisas : — fretamento. Definição dêsse contrato. Espécies e modalidades. Natureza jurídica do contrato e elementos.
- 60 — Do fretamento total e seu instrumento : — a carta partida. Fôrma e enunciação dêsse instrumento. Endossabilidade da carta partida.
- 61 — Do fretamento parcial e seu instrumento : — o conhecimento de carga. Fôrma e enunciações do conhecimento. Natureza jurídica do conhecimento. Modos de emissão. Efeitos do conhecimento.
- 62 — Da execução do contrato de fretamento e respectivas operações : — carregamento, arrumação, transporte, descarga e entrega da mercadoria. Direitos e obrigações das partes nas diversas fases da

viagem e em relação a cada uma daquelas operações. Do pagamento do frete: — quem paga e quem recebe, onde, quando, em que moeda, sôbre que e quando cessa a obrigação de pagamento.

— X I I —

- 64 — Do transporte de passageiros: — analogia e diferenças com o fretamento parcial. Natureza jurídica do contrato.
- 65 — Formação do contrato: — consenso das partes e bilhete de passagem. Contrato de adesão.
- 66 — Dos direitos e das obrigações dos contratantes, antes, durante e finda a viagem.
- 67 — Das cláusulas limitativas de responsabilidade do transportador.
- 68 — Da rescisão do contrato.

— X I I I I —

- 69 — Do contrato de seguro marítimo: — conceito, elementos e natureza jurídica.
- 70 — Espécies: — a prêmio e mútuo, limita-

do e ilimitado, parcial e total, separado e conjunto (subjéitiva e objetivamente), isolado e flutuante, etc.

- 71 — Formação do contrato e respectivo instrumento: — a apólice. Objeto do contrato.
- 72 — Direitos e obrigações do segurador e do segurado: — o prêmio e a indenização.
- 73 — Riscos e sinistros: — distinção. Quais os riscos indenizáveis pelo segurador. Duração dos riscos.
- 74 — Da indenização. Perda total e perda parcial. Da perda total real e da legal. Da perda parcial ou avaria: — particular ou comum. Das franquias. Tempo e lugar de pagamento da indenização.
- 75 — Do abandono subrogatório: — noção e natureza jurídica. Casos. Forma e efeitos.
- 76 — Da resolução do contrato e principais causas: — mútuo acôrdo, inexecução, insolvência do segurador, nulidade, prescrição e cassação da autorização de funcionamento da sociedade seguradora.

- 77 — O crédito e as operações marítimas. Fórmulas antigas e modernas: a comanda, o câmbio marítimo, a hipotéca naval, o penhor, etc.
- 78 — Classificação dos créditos: — reivindicantes, privilegiados, hipotecários e quirografários.
- 79 — Graduação dos créditos privilegiados: prelação e rateio. As regras dos artigos 472 a 474 de Código Comercial.
- 80 — Incidência dos títulos creditórios: — o navio e seus acessórios, o frete, as mercadorias da carga e as soldadas.
- 81 — Da hipotéca naval: — a sua posição no direito brasileiro. Forma de constituição. A indivisibilidade da hipotéca. Requisitos do contrato hipotecário. Da inscrição e da averbação. Efeitos da hipotéca.
- 82 — Da anticrese e do penhor do navio: — a sua posição no direito brasileiro.
- 83 — Do câmbio marítimo ou empréstimo de dinheiro a risco: — conceito. Ligeiro esboço histórico. Modalidades: — necessário e voluntário. Elementos essenciais

do contrato. Natureza jurídica do contrato. Características próprias dessa espécie contratual. Do dador e do tomador: — seus direitos e obrigações. Decadência do instituto.

## SEGUNDA PARTE

### *DIREITO FALENCIAL*

— X V —

- 84 — Do instituto falencial: — aspectos econômico e jurídico.
- 85 — Origens da falência. Filiação do atual processo a institutos do direito romano.
- 86 — Histórico do direito falencial na Idade Média e nos tempos modernos.
- 87 — Concepção antiga e moderna do processo falencial.
- 88 — Caracterização da falência.

— X V I —

- 89 — O estado de fato e o estado de direito da falência.

- 90 — Pressupostos da falência.
- 91 — Concepções da falência: — a latina, a germânica e a anglo-saxônia. O direito brasileiro: — sistema adotado e respectivas exceções. Das obrigações civis.
- 92 — Feição unitária do processo falencial. Processo excepcional de natureza indivisível.

— X V I I —

- 93 — A declaração judicial da falência: — motivos determinantes, ou causas, que dão lugar à declaração.
- 94 — Dos que podem e dos que não podem requerer a falência.
- 95 — Do juízo competente para declarar a falência. Dos estabelecimentos autônomos, dos ambulantes e dos empresários de espetáculos públicos. Unidade e indivisibilidade do juízo falencial.
- 96 — Do processo preliminar: — diferenciação de ritos consoante os fundamentos legais do pedido.
- 97 — Da sentença declaratória: — formalidades e publicidade. Recursos cabíveis:

— agravo de instrumento e embargos. Do agravo resultante de julgamento dos embargos. Caso especial de agravo de petição.

- 98 — Da sentença denegatória e recurso cabível. Feição especial da sentença denegatória. Efeitos da sentença denegatória quanto ao requerente da falência.
- 99 — Do sujeito passivo da falência: — o comerciante. Falência dos comerciantes falecidos e dos que se retiraram da atividade mercantil. Falência dos não comerciantes: — a tendência sobre o assunto e a doutrina brasileira.
- 100 — Falência das sociedades mercantis: — observações quanto aos sócios das em nome coletivo, em comandita, capital e indústria em conta de participação, por quotas de responsabilidade limitada, anônimas, comandita por ações e cooperativas. Dos sócios distratados das sociedades não dissolvidas. Das sociedades de fato e das irregulares.

— X V I I I —

- 101 — Efeitos jurídicos da sentença declarató-

ria: — civis e penais. Da massa subjetiva e da objetiva.

- 102 — Dos efeitos civis quanto aos credores: — concurso creditório. Credores excluídos do concurso e credores excluídos do processo falencial. Intervenção dos credores no processo falencial. Dos menores e interditos. Da suspensão das ações e execuções individuais. Do vencimento antecipado das dívidas do falido e observações quanto aos títulos cambiais. Exceções à antecipação do vencimento. Da não fluência de juros e respectivas exceções. Dos fiadores do falido. Dos credores por obrigação solidária. Ação regressiva das massas dos co-obrigados falidos. Dos co-devedores solventes. Direitos dos credores no processo falencial.

— X I X —

- 103 — Dos efeitos civis quanto à pessoa do falido: — deveres do falido e respectiva discriminação.
- 104 — Dos administradores e liquidantes das sociedades de responsabilidade limitada.
- 105 — Da ausência do falido.
- 106 — Da revelia do falido.

- 107 — Da prisão administrativa do falido: — processo e recursos.
- 108 — Direitos do falido. O exercício do comércio e de qualquer indústria ou profissão. Remuneração ao falido.

— X X —

- 109 — Dos efeitos civis quanto aos bens do falido. Bens compreendidos na falência. Administração e disponibilidade desses bens.
- 110 — Dos bens não compreendidos na falência. Dos bens próprios e particulares da mulher e dos filhos do falido.

— X X I —

- 111 — Dos efeitos civis quanto aos contratos do falido: — unilaterais e bilaterais.
- 112 — Da conta-corrente e seu encerramento.
- 113 — Do contrato de sociedade: — dissolução e efeitos.
- 114 — Do mandato e da comissão: — hipóteses.
- 115 — Da compensação: — exceções. Da prescrição.

— X X I I —

- 116 — Dos efeitos civis quanto aos atos do falido praticados anteriormente à declaração da falência: — atos ineficazes e atos revogáveis. Distinção dêsses atos quanto à prova de fraude.
- 117 — Dos meios judiciais utilizáveis. Da ação ação revocatória: — proponente, contra quem pode ser proposta, juízo competente, rito, recurso cabível e prazo de prescrição. Da perda do direito à revocatória. Do sequestro dos bens em poder de terceiros e recurso cabível.

— X X I I I —

- 118 — A administração da falência: — o síndico e o liquidatário.
- 119 — O síndico e sua nomeação. Escolha entre credores e locais. Proibições. Do direito de reclamação.
- 120 — Dos deveres do síndico: — discriminação.
- 121 — O liquidatário e sua eleição.
- 122 — Poderes e deveres do liquidatário.

- 123 — Disposições comuns ao síndico e ao liquidatário.
- 124 — Da substituição do síndico e do liquidatário: — processo.

— X X I V —

- 125 — Períodos da falência: — instrução e liquidação.
- 126 — Do período de informação quanto à massa objetiva: — arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido e formalidades respectivas. Dos bens particulares dos sócios solidários.
- 127 — Da guarda dos bens arrecadados: — a quem compete, responsabilidade e casos ocorrentes.
- 128 — Do exame dos livros do falido e levantamento do balanço.
- 129 — Da continuação do negócio do falido: — formalidades e época de seu deferimento. Do gerente: — processo de sua nomeação e respectivos deveres. Da revogação da autorização. Da cessação da autorização: — hipótese em que esta se verifica.
- 130 — Da inexistência de bens e encerramen-

to da falência. Do prosseguimento da falência.

— X X V —

- 131 — Do período de instrução quanto à massa subjetiva: — processo declaratório de créditos. Do convite aos credores: — prazo, fôrma, conteúdo, prova, por quem é feito e como é feito. Responsabilidade do síndico.
- 132 — Do prazo para as declarações: — quem o fixa e quando. O mínimo e o máximo desse prazo. Prazo único e peremptório.
- 134 — Da verificação dos créditos declarados: — feição administrativa e feição contenciosa.
- 135 — Do processo impugnatório: — direito de impugnação, prazo, fundamentos e rito.
- 136 — Do julgamento no processo declaratório e recurso cabível. Efeitos da decisão. Da ação de revisão.
- 137 — Dos credores retardatários: — processo da respectiva habilitação e consequência do retardamento.

- 138 — Da classificação dos créditos admitidos. As quatro classes de credores concorrentes e ordem de preferência.

— X X V I —

- 139 — Da assembleia de credores: — idéias gerais. Obrigatoriedade de uma assembleia e respectiva convocação.

- 140 — Constituição da assembleia, ordem dos trabalhos e poderes de deliberação da assembleia.

- 141 — Das assembleias extraordinárias: — convocação *ex-officio*, a requerimento do falido e a requerimento dos credores. Processo de convocação dessas assembleias.

— X X V I I —

- 142 — Da eleição do liquidatário: — hipóteses em que se verifica.

- 143 — Do processo de eleição. Recusa e destituição do liquidatário. Escolha do novo liquidatário. Recurso admitido contra a destituição.

— X X V I I I —

- 144 — Da concordata: — conceito, natureza jurídica e espécies.

- 145 — Da concordata na falência e respectivos elementos de formação.
- 146 — Da proposta: — forma e cláusulas. Fiançador. Apóio prévio à proposta respectivas peculiaridades. Requisitos de validade da proposta. Tempo em que pode ser proposta a concordata. Dos que podem e dos que não podem propôr concordata.
- 147 — Da deliberação sôbre a proposta e quorum necessário. Dos credores votantes. Apuração dos votos dos aderentes. Dos que não podem votar. Dos credores garantidos. Da rejeição da proposta. Da aceitação e homologação na assembléia.
- 148 — Da opposição à concordata celebrada: — dos credores dissidentes e dos sócios prejudicados. Dos embargos à concordata: — prazo de apresentação, fundamentos e processo. Desistência dos embargos. Sentença sôbre os embargos e respectivo recurso.
- 149 — Efeitos da concordata celebrada em relação ao processo falencial, aos bens da massa, aos credores e aos sócios. Feição não novatória da concordata.

— X X I X —

- 150 — Da rescisão da concordata: — espécies e casos.
- 151 — Quais os que podem promover a rescisão. Do fiador.
- 152 — Do processo de rescisão. Quais os recursos cabíveis da respectiva sentença.
- 153 — Efeitos da rescisão: — reabertura da falência e consquências relativas assim aos antigos como aos novos credores, bem como quanto aos bens adquiridos após a concordata.

— X X X —

- 154 — Do período de liquidação: — idéias gerais. Da deliberação dos credores.
- 155 — Da realização do ativo: — princípios legais. Da venda dos bens em leilão e normas a observar. Da venda por meio de proposta: formalidades. Outros modos de liquidação e requisitos legais à deliberação dos credores.
- 156 — Das sociedades anônimas: — modos especiais de liquidação do ativo.

- 157 — Normas gerais pertinentes à realização do ativo. Da cobrança das dívidas ativas. Da remissão parcial. Da venda dos bens gravados com hipoteca e anticrese: — formalidades. Da venda dos bens apenados ou retidos: — hipóteses e formalidades.
- 158 — Da liquidação do passivo: — pagamento dos encargos e dívidas da massa e pagamento aos credores da falência. Dos rateios. Concorrência dos credores sociais com os particulares dos sócios solidários: — regras a observar.
- 159 — Do relatório do liquidatário sobre as operações finais da falência. Do encerramento do processo falencial.

— X X X I —

- 160 — Da reabilitação do falido: — casos e respectivas formalidades.
- 161 — Do processo de reabilitação. Da sentença e recurso cabível.
- 162 — Efeitos da reabilitação.

— X X X I I —

- 163 — Da concordata preventiva: — idéias gerais.

- 164 — Do pedido de concordata: — formalidades e diligências preliminares. Do comissário e suas funções.
- 165 — Do deferimento do pedido de concordata: — requisitos do despacho e regime de publicidade. Processo da concordata em relação ao devedor e aos credores.
- 166 — Da discussão da proposta. Aceitação por unanimidade e respectiva homologação. Da dissidência e embargos. Da recusa da concordata e abertura da falência.
- 167 — Princípios gerais aplicáveis à concordata preventiva. Dos que não podem propor concordata preventiva.

— X X X V I I I —

- 168 — Da reivindicação na falência e na concordata preventiva: — casos.
- 169 — Da reclamação reivindicatória: — formalidades e processo. Da sentença: — efeitos e recurso cabível.
- 170 — Dos embargos de terceiro senhor e possuidor: — casos, formalidades e processo. Da sentença e respectivo recurso.

- 171 — Da restituição da coisa reivindicada: — normas.

— X X X I V —

- 172 — Dos crimes falenciais. Da falência culposa e da fraudulenta.

- 173 — Dos que incorrem em falência culposa e dos que incorrem em falência fraudulenta.

- 174 — Do processo penal — peculiaridades.

— X X X V —

- 175 — Das falências de pequeno ativo: — processo.

- 176 — Da falência das empresas concessionárias de serviços públicos: — normas a serem observadas.

- 177 — Regras de direito internacional privado em matéria falencial.

Faculdade de Direito do Recife, 15-1-941.

PROGRAMA DE DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

3.ª CADEIRA DO 1.º ANO

DR. MARIO GUIMARÃES DE SOUZA  
Professor Catedrático Interino

PRIMEIRA PARTE

- 1 — 1 — Do Direito Judiciário Civil: Conceito, denominação e finalidade; 2 — Sua autonomia e compreensibilidade; 3 — Posição enciclopédica e relações com os outros ramos da ciência jurídica.
- 2 — 1 — Da Lei Processual: o Código e as leis extravagantes; 2 — Da sua aplicação, interpretação e integração; 3 — Sua eficácia no tempo e no espaço.
- 3 — 1 — Da função jurisdicional, em confronto

- com as dos demais órgãos da soberania nacional. 2 — Do Poder Judiciário. 3 — Da função contenciosa e administrativa.
- 4 — 1 — Da Organização Judiciária; 2 — Sistemas diversos de organização; defeitos e vantagens. 3 — Da Organização Judiciária no Brasil; história e organização atual.
- 5 — 1 — Do Juízo Arbitral: conceito e fundamento; inconveniente e vantagens. 2 — Como se constitui e atua. 3 — Homologação do laudo arbitral.
- 6 — 1 — Jurisdição: conceito e divisão; 2 — Competência: conceito; 3 — Espécies.
- 7 — 1 — Da determinação da competência: critérios legais. 2 — Das modificações da competência. 3 — Do pacto de foro prorogando.
- 8 — 1 — Do Juízo: noção. 2 — Das pessoas que o constituem; 3 — Partes necessárias e partes intervenientes.
- 9 — 1 — Do Litisconsórcio: conceito. 2 — Espécies. 3 — Do litisconsórcio necessário.
- 10 — 1 — Da intervenção do terceiro: conceito e espécies. 2 — Do chamamento a auto-

- ria. 3 — Da nomeação à autoria.
- 11 — 1 — Da opposição. 2 — Da assistência.  
3 — Dos embargos de terceiro.
- 12 — 1 — Da capacidade para estar em juizo.  
2 — Incapacidade absoluta e incapacidade relativa. 3 — Meio de supri-las.
- 13 — 1 — Da capacidade de postular em juizo; representação das partes: dos procuradores judiciais. 2 — Do advogado. 3 — Dos provisionados e dos solicitadores.
- 14 — 1 — Da Assistência Judiciária. 2 — Da curadoria à lide. 3 — Do Ministério Público.
- 15 — 1 — Do Juiz: conceito, função e poderes  
2 — Dos escrivães. 3 — Dos oficiais de justiça e demais serventuários.
- 16 — 1 — Do processo: natureza jurídica e conceito. 2 — Necessidade política do processo. — 3 Condições e pressupostos processuais.
- 17 — 1 — Dos atos processuais; conceito e discriminação. 2 — Dos atos processuais da parte. 3 — Dos atos processuais do Juizo.
- 18 — 1 — Das condições de realização dos a-

tos processuais quanto ao tempo e ao lugar. Prazos. 2 — Feriados e férias forenses. 3 — Das custas e das multas judiciais.

- 19 — 1 — Da ação; accepções da palavra. 2 — Natureza jurídica da ação. 3 — Teoria da ação.
- 20 — 1 — Condições do exercício das ações. 2 — Modificações objetivas e subjetivas da ação. 3 — Extinção das ações.
- 21 — 1 — Do concurso de ações. 2 — Da cumulação de ações. 3 — Da diferença entre litisconsórcio e o concurso e a cumulação de ações.
- 22 — 1 — Das nulidades processuais: noções gerais. 2 — Das espécies de nulidade processual. 3 — Como podem ser sanadas.

## SEGUNDA PARTE

- 23 — 1 — Da instância: conceito. 2 — Comêço, suspensão e renovação da instância. 3 — Da absolvição, cessação e perempção da instância.
- 24 — 1 — Do impulso processual: o pedido. 2 — Da petição inicial: cautelas e fórmula; adição e emenda. 3 — Do valor da cau-

sa: critérios, impugnação e efeitos. Da distribuição.

- 25 — 1 — Da citação inicial: conceito e fundamento. 2 — Cautelas quanto às pessoas que devem ser citadas. 3 — Dos efeitos da citação; da revelia.
- 26 — 1 — Das espécies de citação e casos em que têm cabimento. 2 — Da citação por mandado e por despacho ou por precatória; 3 — Da citação com hora certa ou por editais.
- 27 — 1 — Da defesa: conceito, fundamento e espécies. 2 — Das exceções: conceito e divisão. 3 — Das exceções de litispendência e de coisa julgada: oportunidade, efeitos e processo.
- 28 — 1 — Da exceção de incompetência, oportunidade e efeitos. 2 — Da exceção da suspeição; oportunidade e efeitos. 3 — Prática formulária das exceções suspensivas.
- 29 — 1 — Da contestação: conceito e espécies; cautelas e forma; arguição de nulidades. 2 — Da litiscontestação. 3 — Do despacho saneador.
- 30 — 1 — Das provas, em geral: conceito e

espécies; meios de prova admitidos em nosso direito. Do sistema de provas legais e do de livre convencimento do juiz. 2 — Do onus da prova. 3 — Dos indícios e presunções; dos usos e costumes.

31 — 1 — Da prova documental; da exibição de documentos; do incidente de falsidade. 2 — Da confissão e do depoimento pessoal; das testemunhas. 3 — Das vistorias e arbitramentos.

32 — 1 — Da sentença: conceito. 2 — Requisitos elementares e formais; espécies. 3 — Publicação e intimação.

33 — 1 — Da coisa julgada: conceito. 2 — Da coisa julgada formal e da material. 3 — Seus limites objetivos e subjetivos.

34 — 1 — Da ação rescisória: conceito e finalidade. 2 — Dos casos em que tem lugar, no Direito Brasileiro. Seu processo e prática formulária.

### TERCEIRA PARTE

35 — 1 — Da ação ordinária; noções gerais. 2 — Casos em que tem lugar. 3 — Marcha processual e prática formulária.

36 — 1 — Das ações executivas; noções gerais

e pressupostos. 2 — Casos em que tem lugar, no nosso direito; 3 — Processo e prática formulária.

37 — 1 — Do executivo fiscal; conceito e pressupostos. 2 — Processo e prática formulária. 3 — Recursos nele admitidos.

38 — 1 — Das ações cominatórias para a prestação de fato ou abstenção de ato. 2 — Da caução de dano infecto. 3 — Da ação de prestação de contas.

39 — 1 — Das ações possessórias: noções gerais e espécies. 2 — Do interdito proibitório. 2 — Processo e prática formulária.

40 — 1 — Da ação de manutenção. 2 — Da ação de esbulho, com ou sem reintegração prévia de posse. 3 — Processo e prática formulária de ambas as ações.

41 — 1 — Da ação de imissão de posse; natureza da ação; casos em que tem lugar. 2 — Da ação de despêjo: noção; a quem compete e quando tem lugar. 3 — Processo e prática formulária.

42 — 1 — Da nunciação de obra nova: a quem compete, natureza e requisitos. 2 — Da caução de opere demoliendo; processo e prática formulária. 3 — Da ação de nu-

lidade de patente de invenção e de marca de fábrica e de comércio; fôro competente; pessoas que a podem intentar. Processo e prática.

- 43 — 1 — Da ação renovatória de contrato de locação de imóveis, destinados a fins comerciais. 2 — Fundamento legal e pressupostos. 3 — Processo e prática formulária.
- 44 — 1 — Da ação de preempção ou preferência e do direito de opção. 2 — Da ação de consignação em pagamento; natureza e defesa de comporta. 3 — Processo e prática formulária.
- 45 — 1 — Do mandado de segurança; fundamento legal, natureza e contra que atos pode ser intentado; 2 — Forma da inicial e prova do alegado. 3 — Processo e prática formulária.
- 46 — Da ação para recuperar títulos ao portador ou restaurá-los efeitos; processo. 2 — Da ação de depósito. 3 — Do incidente da prisão do depositário infiel; processo e prática.
- 47 — 1 — Das ações relativas às vendas a crédito, com reserva de domínio; 2 — Das ações relativas ao loteamento e venda de

imóveis a prestação. 3 — Processo e prática formulária.

48 — 1 — Da ação de excussão de penas; quando tem lugar. 2 — Da remissão do penhor. 3 — Das ações de refôrço de garantia e de remissão do imóvel hipotecado; processo e prática.

49 — 1 — Do acidente de trabalho: conceito e noções gerais. 2 — Do procedimento preliminar; iniciativa. 2 — Processo e prática formulária.

50 — 1 — Da venda, locação e administração de coisa comum, inclusive de parte. 2 — Da eleição do cabecel de bens enfiteuticas. 3 — Da exoneração de fiança; processo e prática.

51 — 1 — Das ações de divisão e demarcação: conceito e disposições comuns. 2 — Das disposições especiais à divisão; prática. Da disposições especiais à demarcatória; prática.

52 — 1 — Da ação para obrigar à construção e conservação de tapumes e para indenização de parede ou tapume divisório. 2 — Da ação de usucapião. 3 — Processo e prática formulária.

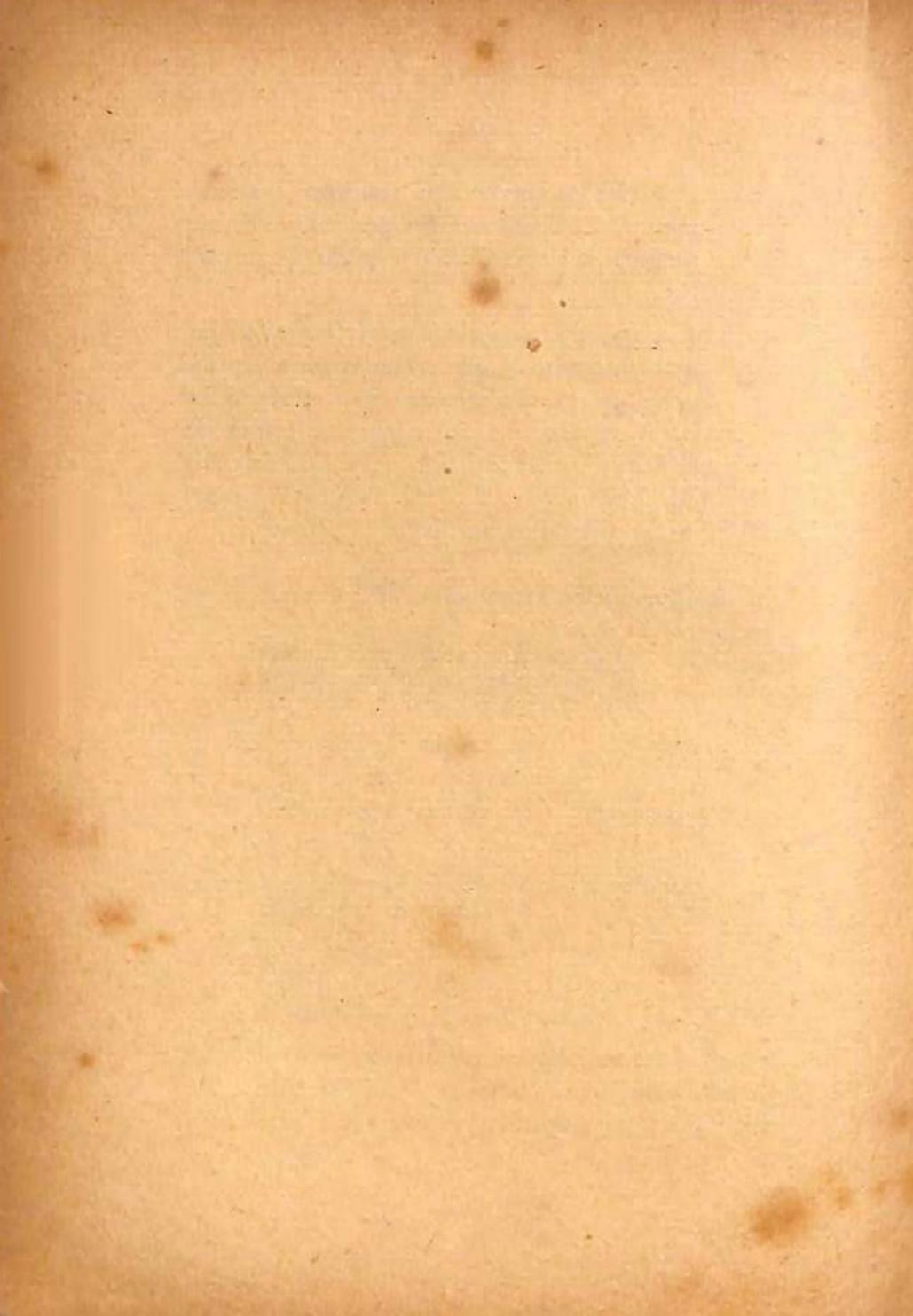
### QUARTA PARTE

- 53 — 1 — Dos processos acessórios e das medidas preventivas, em geral; natureza e efeitos. 2 — Da busca e apreensão. 3 — Da exibição de coisa e das vendas judiciais. Processo e prática formulária.
- 54 — 1 — Do embargo ou arresto; pressupostos jurídicos e casos em que tem lugar. 2 — Do sequestro: casos em que tem lugar. 3 — Processo e prática formulária.
- 55 — 1 — Do depósito preparatório de ação. 2 — Do depósito de pessoas. Da separação de corpos e das cauções judiciais; processo e prática formulária.
- 56 — 1 — Do protesto e da interpelação judicial. 2 — Da justificação e da notificação; noções gerais. 3 — Processo e prática.
- 57 — 1 — Da especialização das hipotecas legais. 2 — Da posse em nome do ventre. 3 — Das vistorias, arbitramentos e inquirições *ad perpetuam rei memoriam*; noções gerais, processo e prática formulária.
- 58 — 1 — Do atentado; noções gerais e fundamento. 2 — Causas em que pode ter lugar; efeitos. 3 — Processo e prática formulária.

- 59 — 1 — Da reconvenção; conceito e fundamento. 2 — Causas em que pode ser oferecida. 3 — Processo e prática formulária.
- 60 — 1 — Da desapropriação por utilidade pública; noções gerais e fundamento; do decreto de desapropriação. 2 — Do processo de desapropriação: modo e forma de agir para a indenização do valor dos bens desapropriados. 3 — Da requisição e uso da propriedade particular.

Recife, 15 de Janeiro de 1944.

O professor catedrático interino  
MARIO GUIMARÃES DE SOUZA



#### 4.ª CADEIRA

##### MEDICINA LEGAL

DR. EDGAR ALTINO  
Professor Catedrático

##### *a) Medicina Legal, Ensino e Perícia*

- 1 — Objeto da Medicina Legal. Feição do estudo em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática médico-forense. Novos rumos da cadeira. Medicina Legal Judiciária.
- 2 — Institutos médico-legais. Especialização pericial; perícia e peritos. Documentos médico-legais. O Código Penal de 1940.

##### *b) Semiologia Mental*

- 3 — Percepção, inteligência, emoção, vontade,

vida social. Conduta e liberdade. Sociologia do homem normal.

- 4 — Limites modificadores legais da responsabilidade e da capacidade. Idade, sexo, prodigalidade, alienação, loucura, intervalos lúcidos; conceito médico-legal.

*c) Psicopatologia Forense*

- 5 — Estudo médico-legal das doenças mentais causas gerais, diagnóstico, simulação, classificação das doenças mentais.
- 6 — Constituições psicopáticas. Reações anti-sociais dos alienados.
- 7 — Das toxifilias (etilismo, morfismo, cocaïnismo etc). Estudo médico-legal.
- 8 — Das perversões sexuais. Conceito freudiano. Distúrbios hormoglandulares e neurovegetativos.
- 9 — Noções de higiene mental. Proteção à criança anormal, aos toxifilos, aos perversos, aos vagabundos, aos analfabetos.
- 10 — Repressão à credence popular, às práticas de espiritismo e similares; ao curandeirismo etc. Profilaxia das doenças venéreas.

- 11 — Vantagens da segregação mental precoce. Manicômios, preventórios, hospitais abertos.

*d) Criminologia*

- 12 — O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e forma evolutiva. Conceito social coetaneo.
- 13 — O criminoso e sua ficha biográfica; antecedentes hereditários, influências congênitas, vida na infância, vida na sociedade.
- 14 — Exame somático e psíquico do delinquente. Biotipologia criminal. Clínicas criminais.
- 15 — Prevenção do crime. Extinção da máquina penal vigente. Substitutivos penais de Ferri.
- 16 — A pena e sua finalidade utilitária de terapêutica médico-psicológica, médico-pedagógica, médico-cirúrgica e médico opoterápica ineretória.
- 17 — Penitenciárias, reformatórios, clínicas criminais, manicômios penais, anexos psiquiátricos.

e) *Técnica Policial Judiciária*

- 18 — Da prova do crime. Provas técnicas; o levantamento de corpo, fotografia do local do crime, filmagem. Outras provas de laboratório. Prova testemunhal. Confissão. Técnica psicológica.
- 19 — Caracteres antropognósticos gerais, raça, sexo, idade.
- 20 — Tipo constitucional. Soma e psique. Tipos patológicos.
- 21 — Estática antropognóstica; caracteres profissionais; fisiológicos. Tatuagens. Grupos sanguíneos; antropometria.
- 22 — Dinâmica antropognóstica; caracteres funcionais. Postura, marcha, destreza, força.
- 23 — Movimentos anormais. Palavras escrita e falada. Mímica, gestos.
- 24 — Sensório. Vida vegetativa.
- 25 — Identificação judiciária; reconhecimento no vivo, no cadáver e na fotografia. Fotografia sinalética. Embalsamamento e recomposição de cadáveres.
- 26 — Identificação judiciária, datiloscopia. Im-

pressões digitais e sistemas datiloscópicos.

- 27 — Gabinetes de identificação datiloscópica; provas no vivo e no cadáver. Processos de revelação de impressões digitais.

*f) Traumatologia Forense*

- 28 — Semiologia geral das ofensas físicas. Estudos quantitativos das lesões corporais.

- 29 — Lesões por agentes físicos.

- 30 — Lesões por agentes mecânicos e químico-traumatisantes.

- 31 — Asfixias puras.

- 32 — Asfixias complexas.

- 33 — Asfixias mistas.

- 34 — Inanição. Envenenamento.

- 35 — Infecção; delito de contágio. Cod. Penal, art. 130.

- 36 — Classificação das lesões corporais. Lesão leve; Cod. Penal, art. 129.

- 37 — Lesão grave; Cod. Penal, art. 129, § 1.º, ns. I, II, III e IV.

- 38 — Lesão mais grave; Cod. Penal, § 2.º, ns. II, III, IV e V.

- 39 — Lesão mortal. Natureza e séde das lesões mortais.
- 40 — Lesão corporal seguida de morte. Cod. Penal, art. 129 § 3.º. Estudo médico legal das concussas.
- 41 — Estudo semiótico da morte por homicídio, por suicídio e por acidente.
- 42 — Conceito novo de infanticídio. Cod. Penal, art. 123. Psicologia do estado puerperal.
- 43 — Infanticídio. Provas de vida extrauterina; docimasias. Diagnóstico da causa da morte do recém-nascido.

*g) Sexologia Forense*

- 44 — Do casamento. Motivos de impedimento estatuidos no Código Civil, relativos à consanguinidade. Leis de Mendel.
- 45 — Relativos à idade e à capacidade civil.
- 46 — Idem aos direitos de sucessão de produtos possíveis de casamento anterior.
- 47 — Sentido legal do êrro essencial sôbre pessoa. Defloramento anterior. Dubiedade de sexo e outras malformações genitais.

- 48 — Defeito físico irremediável ou moléstia grave transmissível por contágio ou herança.
- 49 — Sevícia ou injúria grave. Contaminação venérea. Casamento nulos e anuláveis.
- 50 — Exame médico prenupcial. Mendelismo. Eugenética.
- 51 — Do defloramento: conceito legal. Organs sexuais externos da mulher; himen, sua forma e consistência.
- 52 — Traumatologia sexual; circunstâncias con-  
correntes para o diagnóstico do defloramento.
- 53 — Do estupro; conceito legal. Casos em que  
constitue atentado a saúde e à vida.
- 54 — Do atentado contra o pudor; conceito le-  
gal. Práticas libidinosas; perversões se-  
xuais. Lesões possíveis resultantes do  
atentado.
- 55 — Do ultrage público ao pudor. Psicologia  
do ultrajante.
- 56 — Da gravidez; noções de embriologia e de  
concepção. Diagnóstico da gestação; prá-  
ticas de laboratório. Variedades, marcha  
e duração da prenhez. Simulação e dissi-  
mulação.

- 57 — Do parto. Sinais recentes e sinais remotos. Do parto suposto. Cod. Penal, art. 242. Perícia; grupos sanguíneos.
- 58 — Do abortamento criminoso; conceito e elementos constitutivos do crime. Prática do abortamento, medicamentos abortivos e processos abortivos mecânicos.
- 59 — Lesões possíveis consecutivas á prática clandestina do abortamento; exame da mulher, do aborto e dos anexos. Perícia.
- 60 — Do abortamento legal; indicações terapêuticas e eugenéticas. Cod. Penal, art. 128, n.º II.
- 61 — Do perigo social do abortamento clandestino. Direito de nascituro. Inutilidade das leis penais repressivas. Prevenção pela propaganda e pela assistência social á mulher grávida.

*h) — Infortunística*

- 62 — Acidente do trabalho. Lei nacional. Teoria do risco profissional e acidentes de trabalho.
- 63 — Perícia. Cura da lesão. Consolidação médica e consolidação jurídica. Simulação.

- 64 — Avaliação de incapacidades. Concausalidade. Legislação, jurisprudência.

*i) Tanatologia Forense*

- 65 — Da morte; sinais duvidosos, sinais certos. Morte súbita e morte agônica. Fenômenos cadavéricos. Cronotamatognóse.





